



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 10 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 29 de agosto de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO Tesouro se transformou no maior banco do País.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Dilma reúne coalizão em busca de apoio para novo arrocho fiscal e veto a gastos	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO Novas medidas fiscais devem sair hoje.....	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO O Plano Brasil Maior	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
CORREIO BRAZILIENSE Fiscais cobram pedágio na aduana	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ZERO HORA Planalto anuncia plano para tentar derrubar o juro	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR País precisa gastar R\$ 4,7 bi para evitar blecaute na Copa	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Medidas fiscais devem sair hoje	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Novas regras dependem de mudança fiscal para eliminar desequilíbrios no setor	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Brasil Maior traz mais problemas que soluções no longo prazo , avalia Sindifisco	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Tesouro se transformou no maior banco do País		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

ENTREVISTA

José Roberto Afonso, economista

Círculo virtuoso na economia brasileira pode se tornar círculo vicioso, diz especialista em contas públicas

O Brasil está preparada para uma nova crise externa?

O País está mais preparado para enfrentar desafios, mas eles serão diferentes de 2008. Naquela crise, o Brasil fez o mesmo que os países ricos também se endividou forte e rapidamente. Mas o que era remédio agora pode virar veneno.

O Brasil escapou da crise da dívida?

Sim, mas pagando a maior taxa de juros reais do mundo. O País atrai cada vez mais capitais externos, acumula cada mais reservas, valoriza cada vez mais o real. Aumentam os ganhos e a confiança dos estrangeiros. Crédito e economia crescem bem.

O que pode desandar, então?

O problema é que pode ser muito fácil e rápido para que o atual círculo virtuoso se transforme num círculo vicioso. O arranjo atual combina aumento rápido do crédito de origem pública a fatia dos bancos estatais é de 19,8% do **PIB** enquanto o Tesouro Nacional é credor em 14,5% do **PIB** dos mesmos bancos públicos. Na prática, o Tesouro se transformou no maior banco do País. Porém, ao contrário de um banco clássico, não está sujeito a qualquer regulação prudencial. Tanto que, para chegar a tal posição, entre agosto de 2008 e junho de 2011, ele aumentou em 6,5 pontos do **PIB** o crédito extraordinário que concedeu aos bancos oficiais (basicamente o **BNDES**) enquanto a dívida bruta aumentou em 5,8 pontos no mesmo período, saltando para 65.3% do **PIB**. Como qualquer banco, há um limite para o Tesouro ficar se endividando para continuar emprestando. A dívida brasileira tem um patamar mais elevado do que a média dos emergentes, só fica atrás da indiana.

Como as agências de rating não identificam tal risco?

Elas comparam a dívida com a receita pública, pois estão preocupadas com a capacidade do governo de honrar os seus compromissos, e ele o faz com o que arrecada. É aí que entra o diferencial positivo brasileiro: uma carga

tributária alta, muito acima da média dos emergentes. Ou seja, quanto mais o país se endivida, mais precisa manter e elevar sua carga tributária, e manter gastos comprimidos para gerar superávit primário elevado, e assim mostrar uma boa capacidade de solvência.

Qual é a contraparte do endividamento público nesse circuito?

A liquidez do setor privado brasileiro, que não foi abalada pela crise. As empresas não deixam o dinheiro no colchão e não aplicam em dólar. Só há uma grande e rentável alternativa, que é aplicar em títulos do Tesouro, ainda que indiretamente, via fundos de investimentos e operações compromissadas. Enfim, direta ou indiretamente, o setor privado, líquido, financia cada vez mais o governo. Para que funcione esse esquema, o governo se endivida cada vez mais, direta ou indiretamente. E para quê? Em boa parte, para dar mais crédito aos bancos públicos, que usam 95% ou mais desses recursos para dar crédito ao setor privado.

Como poderia se manter o círculo virtuoso, e não vicioso?

Se o aumento do endividamento público fosse canalizado para aumentar o investimento fixo (ainda que privado, via crédito estatal). Mas é equivocado supor que os bancos oficiais usem todos recursos extraordinários para apoiar projetos de investimento. Esquece-se que eles foram chamados, no auge da crise, a dar suporte a um enorme ajuste patrimonial (que envolveu a fusão e a troca do comando das maiores empresas do país, para não falar em bancos) e, depois, para criar artificialmente receita para o próprio governo comprando ações e debêntures, pagando impostos e dividendos. Se todo acréscimo de crédito estatal tivesse sido efetivamente canalizado para investimento fixo, o Brasil poderia estar crescendo hoje em ritmo chinês.

Como diminuir o risco dos circuitos se invertermos?

Precisamos de reformas institucionais, mudar o horizonte para o longo prazo, e daí abrir espaço para agir no curto prazo e consertar a política econômica. O ruim é que não temos nenhuma perspectiva, nem de anúncio de reformas. Nem a tributária. Claramente, não se quer fazer nada. O problema é que, se tivermos turbulências e precisarmos de reformas, elas

precisarão ser muito mais profundas. A política econômica ora é consistente, ora é inconsistente, e pode virar rápido de

virtuosa a viciosa. O Brasil é uma economia onde se vive perigosamente.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma reúne coalizão em busca de apoio para novo arrocho fiscal e veto a gastos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Presidente escala ministro Guido Mantega (Fazenda) para fazer relato, em reunião do Conselho Político, da turbulência financeira internacional; desafio é conter rebelião dos aliados que ameaçam aprovar projetos que aumentam despesas

Eugênia Lopes, Renata Veríssimo e Tânia Monteiro / BRASÍLIA

Em meio à crise econômica mundial, a presidente Dilma Rousseff deve anunciar hoje medidas de aperto fiscal para permitir que o Banco Central inicie o mais rápido possível a redução da taxa básica de juros. O pacote com o arrocho fiscal será discutido pela primeira vez em reunião do Conselho Político, convocada às pressas para hoje de manhã pela presidente. A estratégia de Dilma é mostrar o contorno real da crise para frear o apetite por gastos da base aliada.

Nas últimas semanas, rachas internos nas legendas aliadas, insatisfações com a "faxina" promovida pela presidente - afastamento de ministros e servidores envolvidos em denúncias de corrupção - em órgãos públicos e uma crise de articulação política desencadearam no Congresso um movimento pela liberação de emendas parlamentares e de aprovação de propostas com aumentos de gastos. Para minimizar a reação da base e evitar a deterioração do clima no Congresso, a presidente Dilma Rousseff quer um clima de "sociedade" com os partidos nas medidas a serem anunciadas.

Cenário. A presidente escalou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, para apresentar aos líderes partidários um quadro detalhado da economia brasileira e internacional e fazer um relato das preocupações do governo com o agravamento da crise mundial. A grande inquietação do

governo é não deixar que o baixo crescimento econômico nos países avançados afete a expansão da economia no Brasil.

A meta oficial de crescimento econômico para 2011 ainda é 4,5%, mas Mantega já admitiu que pode ficar em 4%. A preocupação é para 2012. Se o governo deixar a economia desacelerar demais este ano, será necessário um esforço maior para evitar que o crescimento fique abaixo dos 4% em 2012. A meta de superávit primário deste ano (economia que o governo faz para pagamento de juros da dívida) está praticamente cumprida, segundo os dados de julho divulgados na sexta-feira.

"São medidas que o Brasil precisa adotar neste momento", disse o líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza (PT-SP). Ele e o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), vão ter uma conversa reservada com a presidente Dilma Rousseff antes da reunião do Conselho Político.

"A presidente assumiu um compromisso conosco de dar conhecimento em reunião do Conselho Político de alguma ação que o governo fosse adotar", contou o senador Humberto Costa (PT-PE).

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Novas medidas fiscais devem sair hoje		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para conter efeitos da crise mundial, deverá haver cortes de custeio; Planalto não descarta mudança no superavit

Anúncio de pacote deve ocorrer um dia antes de o Copom se reunir para discutir o destino da taxa básica de juros

FERNANDO RODRIGUES

DE BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, deve anunciar hoje no final da manhã mais medidas fiscais para tentar conter os efeitos da crise financeiro-econômica internacional no Brasil.

O pacote foi finalizado ontem à noite numa reunião entre Mantega e Dilma Rousseff, no Palácio da Alvorada. Haverá cortes de custeio da máquina pública e não estava descartada alguma mudança na meta de superavit.

A meta de economia neste ano é de R\$ 81,7 bilhões, sendo que 81,8% desse valor foi atingido até julho. A equipe econômica entendeu que há espaço para fazer mais um aperto.

Os detalhes das medidas fiscais devem ser explicados aos presidentes de partidos e líderes aliados no Congresso já na parte da manhã de hoje, quando Dilma reúne o seu conselho político no Planalto. Mantega deverá participar. Em seguida, o ministro da Fazenda fará um anúncio público e mais técnico para o mercado.

Na reunião do conselho político, mais uma vez, a presidente repetirá que necessita de ajuda dos congressistas para aprovar medidas vitais para manter a estabilidade da economia. O Planalto deseja que seja aprovada uma prorrogação da chamada DRU (Desvinculação de Receitas da União).

A DRU atual prescreve em 31 de dezembro. Depois, é necessária uma emenda constitucional para que possa continuar a valer e permitir que o governo use como desejar 20% da receita tributária da União de maneira desvinculada de obrigações prescritas pela Constituição.

O anúncio do pacote fiscal de hoje ocorre um dia antes de o Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central se reunir para discutir o que fazer com a taxa básica de juros, a Selic, no momento em 12,5% ao ano.

Há expectativa no Planalto de que o BC possa começar, a partir da reunião de amanhã e depois, a interromper a tendência de alta nos juros, pois já haveria sinais de desaquecimento no crescimento da economia. O pacote fiscal de hoje pode servir de argumento na reunião do Copom para que a Selic pelo menos pare de subir.

Depois de cinco altas seguidas no juros, o BC sinalizou, na reunião de julho, que o ciclo de aperto monetário pode ser encerrado. Dados coletados pelo BC apontam para um crescimento menor da economia.

Como a presidente Dilma tem ordenado à equipe econômica que sejam preservadas as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), de R\$ 32 bilhões neste ano, as medidas fiscais de hoje terão de fazer cortes em outras áreas.

Uma das preocupações do governo é mostrar que o aumento do salário mínimo, estimado em cerca de 14%, a partir de janeiro não vai comprometer o ajuste fiscal.

A proposta de orçamento para 2012, que deve manter os gastos no mesmo nível deste ano, será enviada ao Congresso até quarta-feira.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA
	TÍTULO O Plano <u>Brasil</u> Maior	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

David Kupfer

No início deste mês de agosto o **Governo Federal** trouxe a público o novo plano de política industrial. Editado com o nome de "**Brasil Maior**", o novo plano desdobra-se em 35 iniciativas, algumas já em curso, outras de implementação imediata e outras ainda dependentes de regulamentação ou definição dos mecanismos de efetivação.

Em linhas gerais, o Plano **Brasil** Maior volta-se para quatro frentes: investimento; inovação; **comércio** exterior e defesa do **mercado** interno. Para incentivar o investimento, o plano recorre a uma bateria de incentivos financeiros e tributários convencionais. Além de rodada adicional de desonerações tributárias, cabe destacar o aumento da cobertura setorial e a prorrogação até dezembro de 2012 do Programa de Sustentação do Investimento (PSI), uma iniciativa bem sucedida adotada pelo **BNDES** como resposta contracíclica aos efeitos da crise de 2008, e que parece prudente preservar diante da deterioração do cenário econômico internacional.

No que tange ao estímulo ao **desenvolvimento** tecnológico, tão ou mais **importantes** do que o reforço do caixa da Finep e das linhas de financiamento do **BNDES** parecem ser as mudanças introduzidas no marco legal da inovação. A regulamentação de contratos com cláusulas de risco tecnológico que, embora previstos na Lei de Inovação, não vinham sendo celebrados devido à insegurança jurídica que os cercava poderá tornar-se um elemento **importante** de disseminação de encomendas tecnológicas. Juntamente com o aumento do escopo de atuação das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICT) públicas e privadas, constituem iniciativas que, embora relativamente tímidas, apontam na direção correta de buscar conferir maior verticalidade ao processo de alocação de recursos destinados a essa finalidade.

O pós-crise certamente implicará uma profunda reorganização dos fluxos internacionais de **mercadorias** e capitais

No campo do **comércio** exterior, o Plano prevê igualmente uma rodada adicional de medidas de desoneração ou correção de algumas das tantas distorções

tributárias que desestimulam as **exportações**. Também aqui o principal avanço parece provir do plano institucional, expresso em ações que visam o fortalecimento da defesa comercial em diversas de suas vertentes, especialmente no que diz respeito às regras de origem, prática de preços subfaturados e outras reconhecidas fragilidades desses mecanismos no país. Chama a atenção, porém, a ausência de iniciativas voltadas para a melhoria do acesso dos produtos brasileiros a terceiros **mercados**, tema que efetivamente não pode deixar de integrar o escopo da política comercial brasileira.

Por fim, o conjunto de medidas de defesa do **mercado** interno pode ser considerado como a principal novidade do Plano. Ao introduzir um projeto piloto para desoneração da folha de pagamento em setores intensivos em trabalho como vestuário, calçados, móveis e software e buscar regulamentar a Lei que instituiu mecanismos de mobilização preferencial do poder de compra governamental para produtos e serviços nacionais, o governo sugere uma mudança no diagnóstico e na linha geral de ação diante do agravamento dos problemas de competitividade da indústria brasileira. Se bem sucedidas, essas iniciativas podem servir de modelo para a definição de novos instrumentos capazes de potencializar o alcance da própria política industrial.

Porém, de pouco adianta contabilizar pontos positivos ou lacunas dessa família de medidas sem que as mesmas sejam colocadas na moldura dada pela preocupante evolução do cenário econômico mundial. De fato, embora muitos analistas prefiram compartilhar o diagnóstico de que a crise maior está circunscrita à Europa, há boas razões para se acreditar que também os EUA enfrentarão uma longa recessão e, pior, cuja saída poderá ser muito custosa em termos do aprofundamento dos atuais desequilíbrios da economia mundial.

Um mergulho para valer também da economia americana terá o efeito de enfraquecer a máquina de crescimento chinesa, tornando o **Brasil** muito mais dependente de seu dinamismo endógeno do que tem sido a norma nos últimos anos. Nesse cenário, o pós-crise certamente implicará uma profunda reorganização dos fluxos internacionais de **mercadorias** e de capitais e, neste contexto, a China, que possui estrutura produtiva parcialmente complementar, mas

também parcialmente competitiva com a brasileira, poderá empurrar a indústria nacional para a **produção** de commodities e outros itens pouco elaborados.

Evidentemente, uma transformação dessa natureza virá na contramão dos objetivos de **desenvolvimento** nacional, razão pela qual é imprescindível a inclusão da dimensão da mudança estrutural na reflexão sobre as diretrizes gerais da política industrial. Especialmente diante do aprofundamento das incertezas que rondam a economia mundial, o reposicionamento da indústria brasileira não poderá prescindir da manutenção ou mesmo aceleração do processo de aumento das escalas técnicas e econômicas das empresas, da maior convergência entre o esforço **exportador** e as estratégias de internacionalização das bases produtivas dessas empresas e da retomada do processo de diversificação estrutural das atividades produtivas, tanto na indústria quanto nos serviços, recuperando o padrão que

historicamente sempre caracterizou o **desenvolvimento** brasileiro.

Não somente na economia prepondera a incerteza; na vida também. Um acidente inimaginável levou prematuramente Antonio Barros de Castro, ainda no auge da sua capacidade intelectual. O desenvolvimentismo perdeu um dos seus estímulos e o pensamento econômico brasileiro um dos seus mais competentes formuladores.

David Kupfer é professor do Instituto de Economia da UFRJ e coordenador do Grupo de Indústria e Competitividade (GIC-IE/UFRJ). Escreve mensalmente às segundas-feiras. E-mail: gic@ie.ufrj.br

www.ie.ufrj.br/gic

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO Fiscais cobram pedágio na aduana		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

COMÉRCIO EXTERIOR

Estrangeiros denunciam exigência de propina de US\$ 10 mil nos portos e aeroportos para agilizar a entrega de mercadorias importadas

SÍLVIO RIBAS

ROSANA HESSEL

Os números recordes do comércio exterior do Brasil são festejados pelo governo e citados com pompas em meio à crise que atormenta o mundo desenvolvido. Mas, por trás desse resultado, há um velho problema: a corrupção praticada por fiscais da Receita Federal nas diversas alfândegas do país. A realidade é traduzida em poucas palavras por um dos empresários europeus que mais exportam para os consumidores brasileiros: "Se quiser liberar imediatamente os meus produtos, destinados a uma das maiores redes de supermercados do Brasil, tenho que pagar US\$ 10 mil em propina. Ou é assim, ou tudo fica parado nos portos, correndo o risco de apodrecer. Mas prefiro o prejuízo a endossar essa prática revoltante".

O descalabro é tanto que, em julho deste ano, o governo expulsou o maior número de servidores em um só mês desde 2003 por malfeitos: foram 98, dos quais oito da Receita. Nos últimos nove anos, o total de demissões e de suspensões de aposentadorias, sobretudo por corrupção, chegou a 3.297, sendo 304 por recebimento de propina. Nesse período, o Ministério da Fazenda, que controla a estrutura da Receita, teve 369 funcionários expurgados do serviço público, a maioria fiscais que deveriam dar o exemplo, mas preferiram enriquecer tirando proveito dos cargos.

Ao longo das últimas semanas, o Correio conversou com mais de uma dezena de importadores, alguns líderes nos segmentos em que atuam. Mesmo receosos com a possibilidade de sofrerem represálias, foram unânimes em

afirmar que, frequentemente, são achacados em portos e aeroportos do país. Ou "molham" as mãos dos fiscais para terem um tratamento mais rápido, ou entram em uma fila de burocracia que atrasa, o máximo possível, o aval para as mercadorias serem liberadas.

Cumplicidade Nesse subterrâneo da corrupção são favorecidos, principalmente, os empresários envolvidos com produtos que mais prejudicam a indústria brasileira, ao estimularem uma competição desleal. "Esses sabem, muito bem, como tirar proveito das facilidades oferecidas por fiscais da Receita. Os criminosos se conhecem logo", destaca um importador. Outro empresário ressalta que o achaque nas aduanas é constante e suas repetidas negativas aos fiscais em pagar a "taxa de desembarço" resultam na retenção de toneladas de produtos nos pátios dos portos por até três semanas.

Para os empresários rebeldes, os fiscais mal-intencionados fazem uma "leitura pessoal" de instruções federais, ou seja, usam e abusam de pontos e vírgulas das leis para mostrar que podem ser motivos de grandes transtornos e prejuízos. "Felizmente, o que vemos nas alfândegas dos portos e dos aeroportos brasileiros não reflete a realidade do povo do Brasil, que é de boa índole. Mas esse mesmo povo paga a conta imposta pelos servidores corruptos. Os custos extras que temos de arcar são embutidos nos preços e repassados aos consumidores. A imagem do país também fica arranhada", desabafa um importador do setor de veículos.

Apetite importador O Brasil está na lista dos países do mundo nos quais a importação mais cresce. Quase 25% dos produtos consumidos pelos brasileiros vêm de fora, devido ao dólar barato. Apenas na terceira semana de agosto, o país importou US\$ 4,6 bilhões, recorde para o período. Em 2000, o país importou US\$ 55,8 bilhões. No ano passado, foram US\$ 127,7 bilhões.

	VEÍCULO ZERO HORA	EDITORIA	
	TÍTULO Planalto anuncia plano para tentar derrubar o juro		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

De olho na crise mundial, Planalto anunciará cortes

Governo reduzirá custeio na tentativa de baixar taxa de juros e evitar que economia se desaqueça

Pressionado pela crise financeira que abate Europa e Estados Unidos, o governo brasileiro deve anunciar hoje medidas de aperto nos gastos públicos para permitir que o Banco Central apresse a redução do juro básico. As medidas serão apresentadas pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, aos líderes governistas durante a reunião de coordenação política com a presidente Dilma Rousseff, no Palácio do Planalto.

Nos últimos dias, Mantega tem defendido uma nova relação entre as políticas fiscal e monetária. O ministro acredita que, neste momento de baixo crescimento nos países avançados, os estímulos à economia nacional devem ser dados pela política monetária, ou seja, por meio da redução do juro e, se preciso, redução dos depósitos compulsórios feitos pelo sistema financeiro ao Banco Central.

O ministro prometeu conter novos gastos de custeio – despesas com a máquina pública. Garantiu que perseguirá o cumprimento das metas de superávit primário (receitas superiores às despesas, sem contar pagamento de juros) não só este ano, mas em todo governo Dilma. Segundo Mantega, a disciplina fiscal não tem objetivo de desacelerar a economia, ao contrário: a intenção é assegurar crescimento de longo prazo, que abra espaço para queda de juro.

Fontes do governo disseram que as medidas foram costuradas na semana passada e que o anúncio deve ocorrer hoje, depois que Dilma aprová-las. As medidas estão sendo discutidas no momento em que o governo fecha a proposta de orçamento para 2012, que precisa chegar ao Congresso na

quarta-feira. Neste ano, a meta de superávit primário já está quase alcançada, graças à grande arrecadação de impostos nos últimos meses.

De janeiro a julho, o governo atingiu 80% da meta fiscal. Estatais e administrações federal, estaduais e municipais economizaram R\$ 91,9 bilhões. Esse dinheiro é usado para pagar os juros da dívida, o maior resultado para o período em 10 anos. O resultado já levantou especulações de que o governo terá um resultado maior do que a meta neste ano. Com o excedente, poderá reforçar o Fundo Soberano Brasileiro, uma espécie de poupança pública de longo prazo.

O problema está nas contas de 2012, ano em que está previsto um grande reajuste do salário mínimo, em decorrência da fórmula aplicada nos últimos anos – variação do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes, mais inflação do ano anterior. Como o **PIB** cresceu 7,5% em 2010 e a inflação se acelerou neste ano, o modelo deve representar mais despesa.

A intenção do governo é manter o ritmo de crescimento da economia em torno de 4%. O risco de recessão nos países desenvolvidos pode ter impacto nos países emergentes. Há uma preocupação da equipe econômica de que a crise internacional possa desacelerar demais o Brasil. Por enquanto, a meta de crescimento este ano é de 4,5%, mas Mantega já admitiu um ritmo menor. Para 2012, a meta ainda está em 5%.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO País precisa gastar R\$ 4,7 bi para evitar blecaute na Copa		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Uma força-tarefa constituída pela União, Estados e concessionárias do setor elétrico identificou a necessidade de investimentos adicionais de R\$ 4,7 bilhões para blindar as 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 contra blecautes ou imprevistos no suprimento de energia durante o evento.

A maior parte dos investimentos cabe às distribuidoras, que preveem desembolsar quase R\$ 3,4 bilhões em obras, incorporando critérios e procedimentos mais rigorosos de segurança energética para a realização do torneio.

Copa terá investimento "antiapagão" de R\$ 4,7 bi

Por Daniel Rittner | De Brasília

Uma força-tarefa constituída pela União, governos estaduais e concessionárias do setor elétrico identificou a necessidade de investimentos adicionais no valor de R\$ 4,7 bilhões para blindar as 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 contra blecautes ou imprevistos no suprimento de energia durante o evento. O dinheiro sairia das próprias empresas. A maior parte cabe às distribuidoras, que preveem desembolsar quase R\$ 3,4 bilhões em obras necessárias para reforçar o sistema, incorporando critérios e procedimentos mais duros de segurança energética para a realização do torneio.

O diagnóstico da força-tarefa aponta risco de déficit de 650 megawatts (MW) no suprimento de energia a **Manaus**, caso haja atraso na entrada em operação da linha de transmissão que liga a cidade à hidrelétrica de Tucuruí (PA). A linha já enfrentou atrasos na execução e agora está prevista para junho de 2013. Se não sair, exigirá a geração de energia térmica adicional. Nas demais cidades-sede, a situação, apesar de considerada mais tranquila, ainda requer investimentos bilionários.

No Rio, por exemplo, a Light pretende trocar todos os equipamentos de distribuição com "elevado tempo de uso" até a Copa de 2014. Também recebeu a recomendação de antecipar, em três anos, a construção de nova subestação na zona oeste. Haverá a implantação de "eletroanéis" em Belo Horizonte, Brasília e Cuiabá. São Paulo propôs a mesma

solução. No sistema radial, ainda presente em muitas cidades, a eletricidade só tem um caminho para ser distribuída de um ponto a outro. Os eletroanéis interligam as principais linhas e subestações, criando rotas alternativas de alimentação da rede e o restabelecimento mais rápido da energia quando há interrupção em um determinado ponto.

Parte dos investimentos será financiada pelo Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) e pelo Banco Interamericano de **Desenvolvimento** (IDB). As distribuidoras afirmam que as regras previstas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para o terceiro ciclo de revisão tarifária comprometem o fluxo de caixa das empresas e colocam esses financiamentos em risco, prejudicando as obras.

"Os financiamentos foram fechados considerando certas receitas, agora não mais seguras, como garantia", diz Nelson Fonseca Leite, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee).

Sob coordenação do **Ministério** de Minas e Energia, oito grupos de trabalho diferentes estudaram desde dezembro as ações necessárias para a Copa. Um relatório foi apresentado em julho. Participaram o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a Aneel, secretarias estaduais de Energia, distribuidoras e empresas de geração e transmissão, cujas instalações atendem as cidades-sede.

Os critérios adicionais de segurança levaram à necessidade de obras principalmente em quatro capitais: São Paulo, Rio, Belo Horizonte e Curitiba. A Fifa exige que os estádios recebam energia elétrica de pelo menos duas fontes distintas. Na realização dos jogos e sua transmissão por TV, de acordo com a EPE, os estádios e centros de imprensa serão atendidos também por geradores próprios e especiais, exclusivos para essas finalidades.

A distribuidora gaúcha CEEE recebeu orientação para substituir os módulos de alimentadores e transformadores na subestação Porto Alegre 4, responsável pela alimentação de energia do estádio Beira-Rio, devido à "obsolescência e ocorrência de danos" em parte dos equipamentos.

Além do diagnóstico de obras, o relatório cita 26 recomendações, que incluem a agilização dos processos de outorga de concessão das linhas de transmissão consideradas "estratégicas" para a Copa, a possibilidade de antecipação das revisões tarifárias de distribuidoras pela Aneel e a manutenção de estoques de combustível para uso emergencial na geração térmica durante o evento.

É o caso, por exemplo, da termelétrica Mário Covas, em Cuiabá. Ela pode operar tanto com gás quanto com óleo diesel - a segunda possibilidade é muito mais cara -, mas funciona precariamente desde que a Bolívia interrompeu o fornecimento de gás, em agosto de 2007. Às companhias distribuidoras e transmissoras, foi recomendado promover

campanhas contra queimadas nas faixas de passagem dos linhões, especialmente no período da Copa do Mundo.

Os valores de investimentos identificados pela força-tarefa não incluem as obras já previstas pelas concessionárias em decorrência do crescimento da economia, mesmo ligadas indiretamente à Copa. Especialistas calculam que só a inauguração de 200 novos hotéis nas cidades-sede, por exemplo, acrescentará ao sistema elétrico demanda equivalente a uma cidade com 100 mil habitantes. A estimativa toma como base que cada hotel teria cem quartos, com potência média de 5 kilowatts (kW).

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Medidas fiscais devem sair hoje		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Medidas fiscais devem sair hoje

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, deve anunciar hoje medidas de contenção fiscal para dar suporte ao orçamento de 2012. O governo pretende se comprometer com um superávit primário "cheio", (sem descontar investimentos do PAC) de 3% do PIB. Mantega teve um encontro com a presidente Dilma Rousseff ontem a noite e hoje participará da reunião do Conselho Político.

Para cumprir a meta de 2012, os gastos com custeio devem ser limitados e os aumentos de salários só serão concedidos a algumas categorias de servidores. Ao marcar o anúncio das medidas para hoje, o governo pretende, também, dar respaldo ao Comitê de Política Monetária (Copom), que se reúne amanhã.

Governo anuncia medidas de aperto fiscal

Por Claudia Safatle

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, anuncia hoje medidas de contenção fiscal para dar suporte ao Orçamento de 2012, que será enviado na quarta-feira ao Congresso Nacional. O **Governo Federal** pretende se comprometer a produzir, para o próximo ano, um superávit primário "cheio" (sem descontar os gastos com investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC) de 3% do Produto Interno Bruto (PIB).

Mantega se reuniu ontem à noite, no Palácio da Alvorada, com a presidente Dilma Rousseff. Hoje pela manhã, o ministro participa da reunião do Conselho Político, onde apresentará a política fiscal e o Orçamento do próximo ano.

Para cumprir a meta fixada para 2012 serão necessárias medidas que controlem os gastos com custeio e abram espaço para os investimentos públicos, informou uma fonte oficial. Os gastos com custeio devem ser limitados e os aumentos de salários só serão concedidos para algumas categorias do funcionalismo público, que ainda ficaram defasadas, mesmo depois dos reajustes salariais concedidos pelo governo anterior.

Ao marcar o anúncio para hoje, o governo pretende, também, dar respaldo ao Comitê de Política Monetária (Copom), que se reúne amanhã e quarta-feira, para que ele

possa sinalizar os próximos passos da política monetária. Não consta das expectativas do **Ministério** da Fazenda uma redução já da taxa de juros básica. Mas um colchão fiscal mais reforçado para 2012, antecipado com grande antecedência pelo governo, será **importante** para criar um horizonte de redução da taxa Selic.

"A mensagem que o governo quer passar é de que essa é uma oportunidade ímpar e que não podemos perder mais uma chance para reduzir os juros", comentou uma fonte qualificada da área econômica.

As premissas que orientam essa visão são de que a crise internacional abre para o **Brasil** uma enorme chance de, finalmente, atacar a distorção do custo do dinheiro no país. Para isso, o ministro da Fazenda admitiu que o "mix" da política econômica mudou, conforme declarou ao Valor na semana passada.

Ao contrário de 2008, quando houve uma reação fiscal mais forte, com expansão do gasto e do crédito públicos, e pouca redução da taxa de juros, dessa vez a composição será exatamente o contrário: o fortalecimento da meta fiscal é que vai encabeçar a ação do governo. Os juros devem ser o grande beneficiário desse novo "mix", assinalou o ministro da Fazenda. "Será um sinal **importante** de que estamos entendendo muito bem a situação", adiantou uma outra fonte do **Governo Federal**.

Faz parte dos planos do governo se preparar para um agravamento mais intenso da situação externa. "Se a coisa for para o buraco, temos que ter espaço fiscal não só para reduzir os juros, mas até mesmo para poder socorrer um outro setor", disse um técnico da área econômica.

O governo parece estar convencido de que estar com as contas públicas razoavelmente arrumadas é o que distingue, hoje, o país das economias centrais, afogadas em um endividamento que se acentuou muito no pós-crise global de 2008.

Na avaliação do ministro da Fazenda, "não há trade off" entre solidez fiscal e investimentos". Ele garantiu que neste ano não houve sacrifício do investimento público por causa da contenção de gastos. O corte de gastos anunciado no início deste ano, de R\$ 50 bilhões, preservou R\$ 30 bilhões para o

Programa de Aceleração do Crescimento. Se está havendo queda do investimento, isso decorreria de "outras injunções" e

não da falta de recursos, afirmou Mantega.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Novas regras dependem de mudança fiscal para eliminar desequilíbrios no setor		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Novas regras dependem de mudança fiscal para eliminar desequilíbrios no setor

Por De Brasília

Somente a reformulação dos três projetos de lei elaborados para a regulação do setor de mineração não será capaz de solucionar o desequilíbrio da política do setor, que favorece os minérios **exportados** na forma bruta, em detrimento dos bens de valor agregado. O lançamento do novo marco tende a evidenciar a necessidade de redução da carga tributária para segmentos da cadeia produtiva da transformação mineral. A professora Maria Amélia Enríquez, que participou dos estudos para a regulação, ressalta que a indústria da transformação tem a característica de movimentar a economia e gerar aumento de arrecadação para Estados e municípios. Para ela, a aposta do setor para impulsionar a cadeia de produtos manufaturados está em iniciativas como o recém-lançado programa **Brasil** Maior. As premissas do plano estão, segundo ela, alinhadas a necessidades do setor de mineração, como aumentar a competitividade da indústria nacional a partir do incentivo à inovação tecnológica e à agregação de valor.

Os técnicos do **Ministério** de Minas e Energia chegaram a propor o uso da margem de variação da alíquota, que estará prevista na nova lei, como instrumento de estímulo à **produção** de bens manufaturados da mineração. "Nossos concorrentes, como a Austrália, por exemplo, no caso do minério de ferro, já adotam há muitos anos uma taxa escalonada conforme o nível de agregação de valor ao produto", diz Maria Amélia.

Segundo a especialista, a ideia não prosperou, porque o royalty não poderia ser um mecanismo de regulação de preços. Prevaleceu, então, o entendimento de que é preciso resguardar o conceito de compensação financeira sobre o uso comercial de recursos naturais.

Ao adotar o imposto de **exportação** como a medida para conter a base de **exportação** de produtos primários, o governo decidiu não mexer na alíquota para atingir esse objetivo. A desvantagem, apontada por Maria Amélia, é que o imposto raramente é utilizado no **Brasil** e os recursos vão

direto para o caixa único do Tesouro Nacional. Já os royalties têm um viés "redistributivo", o que beneficia outras esferas da administração pública.

Segundo Maria Amélia, o Brasil, até agora, esteve na contramão de países mineradores que não possuem política de incentivo à **exportação** de produtos básicos. Ela disse que, desde 1997, as empresas **exportadoras** de minério não pagam **ICMS** por causa da Lei Kandir. Além disso, estão dispensadas da contribuição do PIS/Cofins e, se ainda estiverem na **Amazônia** Legal, contam com a dedução do Imposto de Renda.

Os preços internacionais das commodities são um atrativo **importante** para a **exportação** do minério de ferro. A rentabilidade das mineradoras tem aumentado mais pela alta de preços do minério do que pela ampliação do volume **exportado**. Há menos de um mês, a Vale anunciou novo lucro recorde, de R\$ 10,2 bilhões para o segundo trimestre deste ano.

"É óbvio que o **Brasil** não tem, no momento, como manufaturar todos os seus minerais. É muito bom que o excedente produzido seja **exportado**, pois gera divisas para o país, mas também é preciso que a riqueza extraída seja mais compartilhada", diz Maria Amélia.

As esferas da administração municipal, estadual e federal, que recebem os recursos da CFEM, foram prejudicadas, ao longo dos anos pela legislação desatualizada, avalia a professora. Segundo ela, o volume arrecadado em 2010 (R\$ 1,08 bilhão) corresponde a menos de 2% da estimativa de US\$ 40 bilhões (ou R\$ 65 bilhões) de valor da **produção** mineral daquele ano.

A professora ressalta que o montante arrecadado em 2010, que beneficiou 2,3 mil municípios mineradores, foi inferior ao que Campos de Goytacazes (RJ) recebeu da **produção** de petróleo na Bacia de Campos, por meio dos royalties e participação especial. "Mesmo que esse valor se multiplique por três ou quatro vezes, ainda será muito pequeno perto da riqueza gerada e do potencial que pode gerar de benefícios", disse.

A professora considera que o tratamento tributário diferenciado para bens básicos **exportados** foi introduzido em um momento crítico de crise da dívida externa, em que o lema era "**exportar** ou morrer". "Naquela época, precisávamos desesperadamente gerar divisas para cumprir nossas obrigações com o Fundo Monetário Internacional. A realidade, há muitos anos, é radicalmente distinta. Parece ser impossível reverter esse privilégio, que outros países reverteram há anos."

O **Ministério** de Minas e Energia já quantificou parte das perdas decorrentes da falta de uma política integrada para a cadeia de valor do minério de ferro quando lançou, no ano passado, o Plano Nacional de Mineração 2030. O levantamento demonstra que, se o **Brasil** tivesse, em 2008, absorvido, por meio da siderurgia, os 282 milhões de toneladas de ferro **exportado**, teria produzido 170 milhões de toneladas de aço. Naquele ano, o país gerou somente 282 mil empregos na extração e **exportação** deste minério, porém "exportou" outros 680 mil empregos, que potencialmente poderiam ter sido gerados na cadeia produtiva do ferro com a **produção** de aço.

"A China trata de forma diferente os bens da mineração, de acordo com a agregação de valor, porque precisa gerar pelo menos 10 milhões de empregos por ano e sabe que **exportando** commodities jamais alcançará essa meta", ressaltou Maria Amélia, uma das autoras do estudo.

O governo tem ainda que lidar com outras demandas no setor, como, por exemplo, as da indústria de alumínio. As empresas do segmento se queixam do custo elevado da energia, que representa até 40% da composição do produto final. (RB)

Economia do país para pagar juros da dívida chega a R\$ 13,8 bilhões em julho

O superávit primário do setor público consolidado - **Governo Federal**, estados, municípios e empresas estatais - atingiu o recorde de R\$ 13,789 bilhões em julho, informou o Banco Central.

O resultado é mais de nove vezes superior ao de igual mês de 2010 - R\$ 1,532 bilhão.

Essa economia, porém, não foi suficiente para cobrir os gastos com juros, que chegaram a R\$ 18,797 bilhões.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Brasil Maior traz mais problemas que soluções no longo prazo , avalia Sindifisco		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Programa foi lançado pelo governo para estimular a competitividade da indústria

Carolina Alves

Lançado no começo do mês como um estímulo à competitividade da indústria brasileira, o programa **Brasil Maior** é visto como um problema de longo prazo pelo presidente do Sindicato Nacional do Auditores Fiscais da Receita Federal do **Brasil** (Sindifisco), Pedro Delarue.

"A proposta é aumentar a produtividade com a desoneração da folha de pagamento. Entretanto, mexer com a Previdência, que é uma fonte de distribuição de renda, é afetar a camada mais pobre da população, a que mais sofre com a carga tributária do país hoje", analisa. "O diagnóstico está correto, precisamos proteger nossa indústria do ataque de outras nações, que não têm a mesma estrutura de composição de preços que nós. Mas a solução está errada.

Deixar o Tesouro financiar mais esse rombo na Previdência é inconsequente", complementa.

Para Delarue, além de comprometer esses recursos, o programa não traz garantias de que a desoneração vai elevar as contratações, nem que vai reduzir preços. "A sociedade terá uma contrapartida para um benefício do empresário. Da forma como está colocado, é doação. O programa parece distribuição de renda para empresário", critica.

BRASIL

Da forma como está colocado, é doação. O programa parece distribuição de renda para empresário Pedro Delarue Presidente do Sindifisco